

O ensino médio na berlinda

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto

A tendência de queda na taxa de fecundidade está levando à redução expressiva da natalidade em quase metade dos países, abaixo do chamado nível de reposição — indicando que o número de filhos por família é insuficiente para manter o tamanho da população nesses locais. O Brasil se enquadra nesse perfil, sua pirâmide demográfica está mudando rapidamente. A base cada mais estreita e o topo alargando e crescendo.

Quando, há décadas, a Coreia do Sul percebeu essa tendência, entendeu que o caminho para o país se manter sustentável seria prover uma boa educação para sua juventude, pois só um aumento de escolaridade não daria conta. Com isso, o país poderia pensar num expressivo aumento de sua riqueza medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Naquela oportunidade, para mobilizar o país pela causa da educação, a Coreia criou o slogan Febre de Educação. E o resultado é esse que nós estamos vendo — um país próspero e pujante, com uma educação entre as melhores do mundo. O Brasil pode aprender com a Coreia, apesar das inúmeras diferenças culturais e políticas.

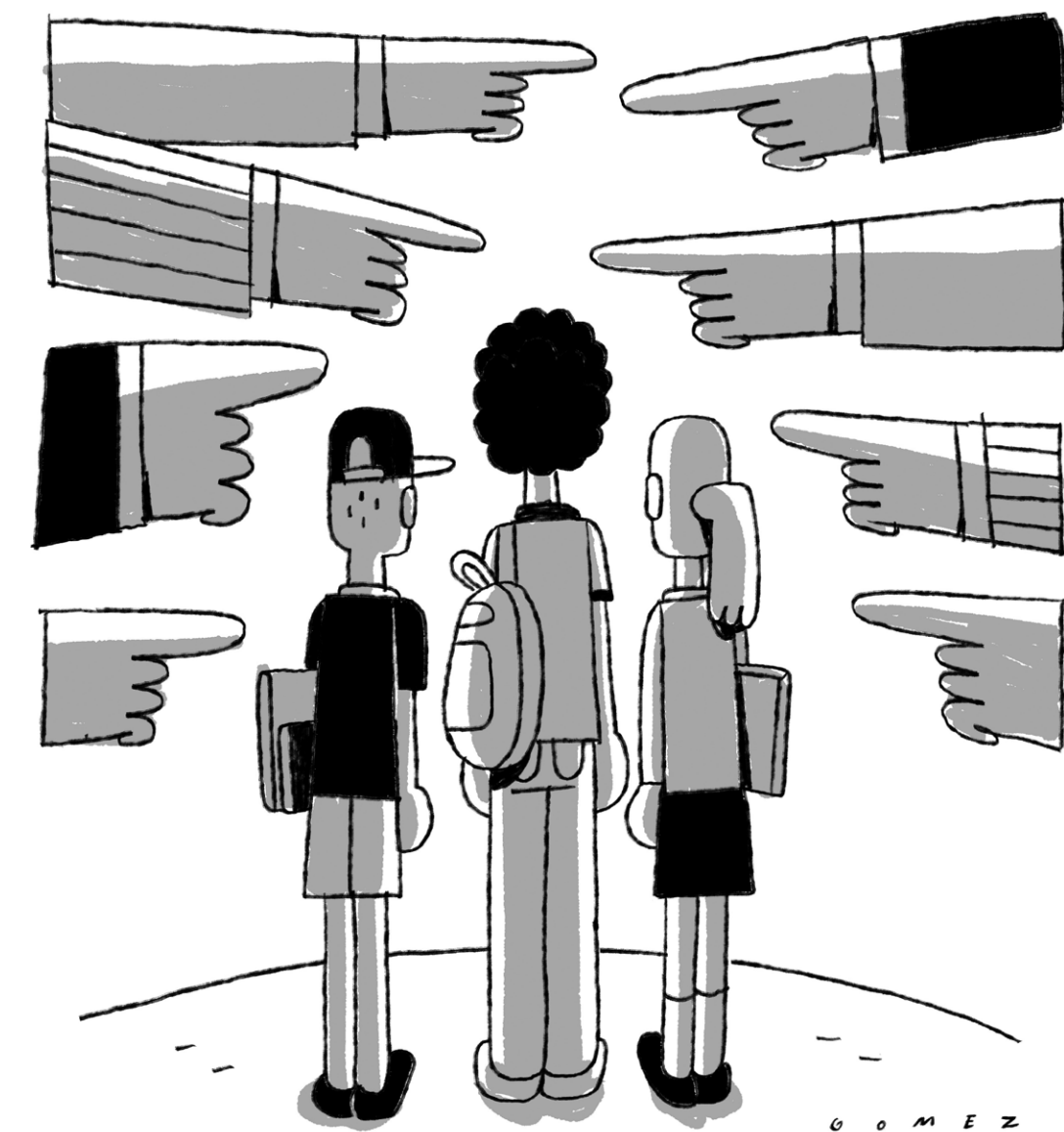
Para isso, vamos tratar com seriedade a causa da educação. A educação em nosso país sofre demais com as descontinuidades das políticas públicas. Perde-se, com isso, muita energia, esforço e recursos. Isso me parece agora o caso do chamado Novo Ensino Médio: revogar ou aperfeiçoar. Enquanto brigamos, um jovem deixa o ensino médio por minuto em nosso país, é só fazer as contas.

O país debate, intensamente e de modo muito polarizado, a revogação ou o aperfeiçoamento do Novo Ensino Médio criado pela Lei nº 13.415/2017. Antes, contudo, de trazer minha opinião ao centro do debate, creio que vale a pena registrar alguns números do ensino médio antes da referida lei.

Dados de 2017 obtidos do Portal *QEDu.org.br* mostram que, de cada 100 alunos que concluíam o ensino médio na rede pública do Brasil, apenas cinco aprendiam o que seria esperado em matemática; em língua portuguesa, esse número crescia, ligeiramente, para 24. Mais do que isso, 759.564 eram reprovados e outros 437.323 abandonavam a cada ano as escolas de ensino médio. Um verdadeiro desastre educacional. Ou estou equivocado?

Dos que concluem o ensino médio no Brasil, estima-se que apenas 22 de cada 100 alunos conseguem ingressar no ensino superior. O que fazer com os outros 78? Muitos desses bateram no teto do ponto de vista de expectativa de desenvolvimento pessoal e social, e só fazem engrossar as fileiras dos que nem estudam, nem trabalham. Até porque o ensino médio de então não dava formação técnica profissionalizante para o mundo do trabalho. O pior é que grande parte desses terminavam lamentavelmente contribuindo para aumentar a taxa de homicídio juvenil.

Estava claro que o país precisava tomar uma medida urgente para reverter esse quadro, e a Lei 13.415/2017 veio romper com essa situação, oferecendo um ensino mais flexível e diversificado, em consonância com o projeto de vida do jovem. Ela trouxe na sua estrutura a alternativa de o estudante cursar todo o ensino médio mediante uma formação técnica profissionalizante, de



modo que parte daqueles 78 pudessem ter maiores chances de ingressar no mundo do trabalho. Nesse novo modelo, o ensino médio é composto de uma parte comum de 1.800 horas que todos os alunos devem cursar e outras 1.200 horas de acordo com seus interesses futuros, os chamados itinerários formativos. Até aqui, posto no papel, tudo parece perfeito e adequado aos novos tempos, mas, infelizmente, esse novo ensino médio tem algumas imperfeições, o que, na minha modesta opinião, não justifica sua revogação.

A seguir cito três dessas imperfeições. A primeira, de natureza política, parte da comunidade da área da educação, especialmente vinculada ao ensino superior, que não aceitou o fato de que esse novo ensino médio tivesse sido criado por medida provisória (MP), sem um debate mais ampliado. Mas o então ministro da Educação, Mendonça Filho, fez isso para dar celeridade e prioridade à questão no Congresso Nacional. Isso, entretanto, teve um custo político junto à comunidade. Não vamos nos esquecer, por seu lado, que o debate em torno do ensino médio se arrastava por mais de cinco anos naquela casa. É notório, e precisamos reconhecer, que a Lei 13.415, oriunda dessa iniciativa, veio com algumas imperfeições, que podem ser agora corrigidas. Faltava também clareza em alguns pontos dessa lei.

Outra dura crítica refere-se ao fato de que houve uma subtração na carga horária destinada às disciplinas ou componentes curriculares vinculados às humanidades. Isso também pode ser corrigido. Não há dúvida de que os nossos jovens vão precisar cada vez mais delas para viver neste século de profundas crises éticas e sociais.

Outro aspecto consiste em como assegurar que todas as escolas de ensino médio, especialmente as que estão nas pequenas cidades brasileiras, venham a oferecer todos os quatro itinerários formativos atrelados às quatro áreas do conhecimento. Esse novo ensino médio é estruturado por áreas de conhecimentos e não por disciplinas para fortalecer a interdisciplinaridade. E isso, naturalmente, é um grande desafio, que precisa mesmo ser considerado, assim como avaliar no Enem os alunos que optarem por fazer o curso técnico profissionalizante.

Apesar desses desafios que o novo ensino médio apresenta, nada justifica sua revogação. Ele tem o apoio dos secretários estaduais de Educação, e muito dinheiro já foi investido nisso. É hora de pensar naquilo que interessa à nossa juventude e ao país, fazendo isso com equilíbrio e maturidade, pois esse tem sido o caminho conduzido corretamente pelo ministro da Educação, Camilo Santana.

Personalização da Inteligência Artificial no seguro saúde

» MARIANA MACHADO
Advogada especialista na área de direito da saúde

A busca pela melhoria da qualidade de vida sempre foi um pilar da ciência, sobretudo com os avanços da medicina e junto ao desbravamento da biotecnologia, de modo a atender o anseio social de prevenção, identificação e cura de doenças. O uso da Inteligência Artificial (IA) na área de saúde surge como um grande marco desse avanço tecnológico, em que é possível personalizar a relação dos envolvidos e garantir mais agilidade ao processo.

A contratação do plano de saúde ocorre por meio do contrato de adesão, que tende a ganhar uma nova formatação com o uso da IA pelas seguradoras, possibilitando o fornecimento de planos e serviços personalizados, de acordo com as necessidades de cada segurado, reduzindo os custos financeiros para as partes.

O uso de técnicas de análise de dados, aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, avalia os dados do segurado e personaliza a cobertura do seu plano de acordo com suas necessidades específicas; isso inclui a identificação de possíveis riscos de saúde, histórico de doenças, estilo de vida e localização geográfica.

Outra importante aplicação da IA ocorre em relação à triagem e análise de exames, agilizando a prevenção ou diagnóstico de doenças, sendo mais eficiente do que um tratamento médico convencional, pois reduz o tempo do ciclo diagnóstico-tratamento-recuperação. Nesse sentido, investimentos já vêm sendo realizados.

O Instituto de Tecnologia de Massachusetts, por exemplo, desenvolveu a denominada Mirai, um pacote de sistemas de IA que pode detectar e prever doenças em estágio inicial, invisíveis a olho nu. No caso em estudo, conseguiu escanear uma mamografia, sinalizar e prever que determinada paciente teria alto risco para câncer de mama, no prazo de cinco anos, o que de fato ocorreu. Em quatro anos após a obtenção da imagem e análise pela Mirai, a paciente teve a confirmação do diagnóstico apontado.

Cientistas da Universidade de Cambridge desenvolveram um equipamento portátil, pâncreas artificial, que simula a função do órgão humano para controlar os níveis de glicose no sangue, injetando insulina no organismo de modo controlado e automático. Os participantes do estudo foram avaliados por várias métricas, entre elas a porcentagem do nível de açúcar no sangue. Em média, os pacientes que usavam o pâncreas artificial passaram 66% do tempo dentro da faixa desejada que é de 3,9 a 10,0 mmol/L.

Recentemente, foi apresentado ao mercado, pelos pesquisadores da Microsoft, o Kosmos 1, um modelo multimodal de IA que trabalha com texto, áudio, imagens e vídeos, executando tarefas em um nível compatível ao do ser humano, recurso que igualmente será forte aliado da medicina em todas as suas vertentes.

A integração da tecnologia na saúde contribui para o aumento da precisão, para que o médico assuma um papel de gerenciador do diagnóstico e planejador do tratamento, mediante análise dos dados que a IA transmitirá. A ideia não é a substituição da ação humana pelo aparato tecnológico, e sim utilizar a ferramenta para estimular a inovação com uma visão além do cérebro humano, aumentando assim nossa capacidade técnica.

No setor de seguros de saúde a implementação da IA apresenta desafios, sobretudo em relação à privacidade e à segurança dos dados dos pacientes, havendo, ainda, a necessidade de regulamentação clara. O cenário nacional ainda está em desenvolvimento. A criação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EbIA), pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações é responsável por nortear as ações do Estado em prol do desenvolvimento de soluções em IA estimulando a pesquisa e inovação, por meio do uso consciente e ético em detrimento de um futuro melhor para o país.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 21/2020 objetivando criar o marco legal do desenvolvimento e uso da IA pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, estipulando as diretrizes de atuação da União, DF e municípios, de forma harmônica com a LGPD e o CDC, firmado em princípios que garantam o respeito aos valores humanos e democráticos, utilizado de forma transparente por todos os agentes da cadeia.

Assim, importante garantir que as empresas de seguros de saúde usem a IA de maneira ética e responsável, protegendo a privacidade e os direitos dos indivíduos, para que haja, de fato, uma transformação na estrutura dos serviços de saúde, com grande potencial para melhoria da qualidade de vida e otimização dos custos na assistência prestada.

É hora de olhar adiante, sem temer novas ideias

» OTÁVIO RÊGO BARROS

General da Reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Quando cruzamos a porta que nos leva ao Estado-Maior do Exército (EME), localizado no Quartel-General em Brasília, nos deparamos com a frase inspiradora do marechal Castello Branco: “Ao chefe não cabe ter medo das ideias, nem mesmo das ideias novas. É preciso, isso sim, não perder tempo, implantá-las e realizá-las até o fim”.

Centenária instituição, o EME planeja e projeta as diretrizes do comandante da Força, dando-lhes concretude e alcance. Sente-se, ao percorrer os corredores daquele órgão, uma serenidade contida, que se soma a uma perene prontidão, naturais nos ambientes onde a liberdade do povo e a defesa da soberania são objeto de profunda reflexão.

Cercado de valores e tradições, herdados dos atos heroicos dos negros, brancos e índios que lutaram nas pequenas elevações dos Montes Guararapes, naquele longínquo ano de 1648, o Forte Apache reflete responsabilidade institucional.

Foi nesse local que na última terça-feira, em cerimônia singela, renovaram-se valores e tradições. O comandante do Exército despediu-se do chefe do Estado-Maior, que passou para a reserva após 48 anos de serviços.

Na referência elogiosa, o comandante descortinou os atributos de um velho soldado, representado pelo companheiro que encerrava a carreira, mas certamente pensava em todos os soldados que estão sob sua liderança. Suas

palavras trouxeram à ribalta os sacrifícios diários que enfrentam homens e mulheres de farda em nome da sociedade, bem como sua confiança em alcançar os objetivos da Força como ente de Estado.

Entretanto, há um processo (des)informativo em curso, que nubla a realidade e alveja perigosamente os militares ao buscar cisalhar a coesão da Instituição. As lideranças militares estão atentas, mas entendem — eu até diria clamam — que a primeira linha de defesa dos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, cláusulas pétreas de organização armada em nome do povo, deve ser mobilizada pelo cidadão consciente.

Some-se a essa fricção interna que tomou conta de nosso povo, crescente nos últimos anos, a mudança mundo afora das relações entre os civis e os militares. É ingênuo acreditar que a submissão do nível militar ao político, tão defendida nas nações mais amadurecidas do Primeiro Mundo, seja conferida apenas pelo fluxo top down: eu mando, você obedece.

Mesmo nesses países, recentes exemplos demonstram a necessidade de um diálogo transparente. Na França, oficiais da reserva publicaram cartas com críticas à política migratória do presidente Macron, lembrando-lhe o sangue que eles derramaram em campos de batalha a nome da liberdade, igualdade e fraternidade.

Nos Estados Unidos, muitos militares seniores imergiram nas campanhas de políticos,

independentemente se democratas ou republicanos, além de serem criticados como intrusos nas decisões políticas de governo. Em Israel, oficiais de alta relevância, incluíam-se o ministro da Defesa, um general testado em combate, demonstraram desconforto com as atitudes do primeiro-ministro Netanyahu de forçar modificações nas leis sobre o Poder Judiciário para benefício pessoal.

O mundo mudou. E nós, na Terra de Santa Cruz, acompanhamos essas mudanças. Por isso se peticiona atenção da sociedade. É necessário, senhores leitores, acreditar na boa intenção das lideranças militares, um exemplo está à vista no discurso do comandante já citado e colaborar na consolidação do papel institucional que as Forças sempre se dispuseram a executar.

É necessário fugir de críticas sem sustentação, espargidas por emoção, que apenas dificultam o achamento de um caminho de compartilhamento e harmonia. É necessário refletir responsabilmente sobre relações entre civis e militares, na busca de um diálogo construtivo entre o nível político e o operacional. Parece-me que estamos avançando nesses primeiros passos ao vislumbrarmos ações recentes de respeito mútuo entre os estamentos.

É preciso, como disse o marechal Castello Branco, que as lideranças não temam novas ideias, renovem posturas, busquem soluções. Cansamos do que vemos no retrovisor, é hora de olhar adiante. Paz e bem.